Dormir e não acordar

21 JAN 1989

Maria José dos Santos Rossi

JORNAL DE BRASÍLIA

Durante os últimos dias, a população de Brasília escuta, vê e lê informações sobre o caso da brasileira que dormiu para fazer uma cesariana e não acordou mais, por imperícia.

Morrer ou ficar inutilizada para o resto da vida! Eis as alternativas que foram oferecidas pelo Hospital Geral Ortopédico a uma senhora, mãe de três filhos, pela negligência generalizada que grassa no sistema de doença em que vivemos.

O articulista Ghimanovitch no Correio Braziliense de 08.01.89, afirma que a lesão irreversível "ocorreu em razão da incúria, porque deixaram uma parturiente em estado crítico pós-operatório para participarem de uma festinha de confraternização natalina, enquanto uma atendente de enfermagem, despreparada, segundo confessou, cuidava funestamente da paciente, administrando-lhe medicamentos impróprios (...)".

E, continua perguntando, "imagine-se o que acontece com uma legião de brasileiros de classe social inferior, vítimas de negligências médicas. Quantos casos como esse, igual ao de Márcia, não ocorrem por esse Brasil afora, restando impunes porque essas pessoas pobres não dispõem de recursos e informações necessárias para punir responsáveis?".

Deixando um pouco de lado o emocional, que é comum num caso desses, vamos levantar alguns problemas em relação ao "sistema de doença brasileiro". É um sistema onde cada um pode criar e contratar serviços, abrem-se hospitais e casas de saúde em qualquer lugar, em quaisquer condições e, para o desdouro da população, não há fiscalização! Os critérios são contraditórios em relação à assistência, tanto no que diz respeito ao funcionamento de hospitais, nas regras de funcionamento dos serviços e na admissão de responsabilidade! A ética médica e a imprecisão de legislação da enfermagem não deixam dúvida de que o que se pensa é proteger o "profissional" e não a população!

Em relação à enfermagem, o que se vê no setor privado,

que detém a grande maioria dos leitos hospitalares, é a hierarquização "da vassoura à seringa", onde a maioria dos profissionais capacitados dali está ausente. Pensa-se que para um hospital, de não importa que capacidade, uma enfermeira é o suficiente! E as enfermeiras estão também no contingente de pessoas que são cúmplices desse processo! Baixos salários e condições péssimas de trabalho, levam esses profissionais a terem mais de dois ou três empregos com dupla ou tripla militância, para terem uma vida decente! Assim, o trabalho não é bem feito, a atenção não é dada devidamente, isto acoplado à impunidade dos hospitais privados de contratarem pessoas não-capacitadas para funções que lidam diretamente com a vida!

Sim, não basta fazer a cirurgia, prescrever os medicamentos e ir embora! É necessário um serviço de enfermagem treinado técnica e cientificamente, com postura cuidadosa de apoio ao ser humano, necessitado de cuidados, e também com habilidades necessárias às intervenções que deve fazer!

A sociedade pensa na enfermagem apenas como ajudante de médico, esquecendo a sua área própria de atuação.

A reforma sanitária, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), prevê a formação de todos os trabalhadores da saúde, que, no Brasil, se de um lado há um grande contingente de médicos de todas as especialidades, de outro há um grande contingente de atendentes, pessoas não-formadas, não-qualificadas e que ganham um ou dois salários mínimos, muitas vezes para desenvolver atividades de alto risco para a população sem o conhecimento devido.

Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEn), em 1985, demonstra que cerca de 70% das atividades de enfermagem são desempenhadas, no Brasil, pelos atendentes! Os mesmos atendentes, como aquela que "cuidou" de

Márcia, fazem todo tipo de atividade nos hospitais.

A resolução 91 do COFEn prevê 10 anos a partir da Lei 7.498/86 para a formação de todos os atendentes de enfermagem, transformando-os em auxiliares de enfermagem, com o objetivo de adequar os serviços aos últimos reclamos da reforma sanitária, com serviços de qualidade e de resolutividade dos problemas de assistência à população.

Constatamos, entretanto, a pouca possibilidade de atingir o setor privado que tem o lucro como elemento fundamental, e à força de trabalho não é dada a devida importância. Em março de 1989, a ABEn estará promovendo um Seminário Nacional com a participação de todas as secretarias de Saúde e de Educação do País, para estabelecer as linhas de formação e qualificação desses ocupacionais. O seminário será em Brasília, na sede da Associação Brasileira de Enfermagem. A participação, entretanto, é do setor público.

Acreditamos e desejamos que a denúncia da incúria que sofreu a Sra. Márcia Franco de Oliveira Faria sirva de pedra de toque para que a população comece a exigir uma assistência de Enfermagem de qualidade para todos; afinal, quem procura o setor privado paga duas vezes pelo mesmo serviço, que em geral é malfeito.

Somente com a população organizada e uma Justiça atuante que não tenha medo do "jeitinho", é que se pode forçar as instituições, a quem parte da população se entrega quando necessita, a assumirem as suas responsabilidades de uma assistência de qualidade. Do contrário, continuaremos tendo tantas "Márcias" quantas necessitarem desses serviços que abundam no País.

□ Maria José dos Santos Rossi, enfermeira e professora da Universidade de Brasília, é presidente nacional da Associação Brasileira de Enfermagem